1 – OS BATISTAS E A POLÍTICA NA BAHIA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E OS ANOS 1980

Os Batistas estão presentes e ativos na sociedade brasileira desde os fins do século XIX, quando foi construída a Primeira Igreja Batista do Brasil, em 15 de outubro de 1882, com a chegada dos missionários pioneiros norte-americanos: Willian Buck Bagby e Anne Luther Bagby; Zacharias Clay Taylor e Kate Taylor[[1]](#footnote-1). A relação do grupo com a realidade brasileira não foi harmoniosa. Por ser um País de religião oficial católica, a imagem dos protestantes era dissonante aos fiéis da Igreja Católica Romana.

A posição política dos batistas estava marcada pela postura sectarista e pietista herdada dos missionários norte-americanos, que implantaram o trabalho batista, e que era comum, também, aos outros grupos protestantes que vieram dos Estados Unidos. Para os batistas brasileiros a relação com o mundo devia ter limites bem estabelecidos, onde o mundo constava como o âmbito em que permeava todo tipo de pecado – mais precisamente, era toda a sociedade brasileira com seus costumes e supertições frutos do catolicismo popular e das religiões de matrizes africanas. A atitude do crente deveria ser de pureza, que viveria no mundo, porém seguiria a risca as palavras bíblicas: “Não ameis o mundo, nem o que no mundo há. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nele.”[[2]](#footnote-2)

No que tange à política, de acordo com Elizete da Silva, tal campo não devia ser visto como uma preocupação para o batista, sendo que este fazia parte do Reino de Cristo o qual não pertencia a este mundo – sociedade. Para o grupo, a única relação com a politica se restringia à submissão às autoridades o que nas décadas de 1960 a 1990, em meio aos políticos, deu visibilidade aos batistas, pois não representavam ameaça de movimentações contra seus mandatos, exceto quando algum projeto político feria qualquer representação do grupo. A influência cultural do catolicismo sempre fez com que os missionários norte-americanos procurassem manter os fiéis e seus próprios trabalhos longe da política.[[3]](#footnote-3)

Marli Geralda Teixeira faz uma grande contribuição para entendermos a separação mental feita pelos batistas entre assuntos de Cristo e assuntos do mundo e a busca por evitar, de todo modo, uma relação com os assuntos mundanos. De acordo com a autora:

O caráter a-político do comportamento batista na sociedade circundante inscreve-se no mesmo esquema de sua ética social. Quer dizer, preserva-se a dicotomia Igreja/mundo na relação já estudada por Niebuhr (Cristo contra a cultura), fundamentada, neste caso específico, na herança transmitida pelo Cristianismo primitivo – dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus – e no conteúdo pietista do protestantismo.[[4]](#footnote-4)

Reflexo dessa separação, entre a Igreja e o Mundo, a relação com a política foi declarada como pecaminosa, o que tornava omissa a relação dos batistas com qualquer tipo de questão desse campo. Esse discurso vai se perpetuar durante décadas e poderá ser visto, ainda, no fim da década de 1980. A partir dessa ideia, a evangelização tomou a posição de única relação da Igreja com o mundo[[5]](#footnote-5).

Mesmo indo de encontro às representações da Igreja Católica, a instalação do protestantismo tinha suas vantagens para a política nacional. O grupo religioso estava atrelado à imagem dos Estados Unidos e trazia a imagem do progresso. Isso demonstra a inter-relação existente entre religião e política e, no caso brasileiro, como a imagem de uma religião estrangeira estava atrelada ao ideário de modernidade. Esse fator vai facilitar o crescimento de grupos como os batistas.

Lyndon Santos traz à tona o debate sobre a imagem do grupos protestantes no Brasil*.* Para ele, o campo protestante, enquanto grupo religioso, contribui para o processo civilizador além de vir atrelado ao ideário de progresso e modernidade, o que é demonstrado pela maioria dos estudos sobre o Protestantismo. Essa relação pôde ser notada além dos discursos, pois o próprio comportamento dos protestantes apontavam para essa auto-imagem.[[6]](#footnote-6)

* 1. **– A chegada em Feira de Santana**

Nesse período, a Denominação Batista estava entrando em um novo campo missionário: a cidade de Feira de Santana. O trabalho teve inicio na década de 1940, fruto de uma caravana feita pela Igreja Dois de Julho, onde faziam constantes pregações pela manhã e tarde, sob a liderança do jovem pastor Ebenezer Gomes Cavalcante – que será visto novamente mais adiante. Neste sentido, Trabuco salienta que “Em 1941 foi organizada a Congregação Batista, que em 1947 se tornaria a Primeira Igreja Batista de Feira de Santana”.[[7]](#footnote-7)

Havia a necessidade de formar líderes batistas em Feira de Santana, com uma identidade batista firme não só para o trabalho missionário, mas para se fazerem valer ante os outros grupos protestantes. Zózimo Trabuco mostra como a criação do Instituto e sua evolução para Seminário Teológico Batista do Nordeste foi fator preponderante no processo de consolidação da identidade da Denominação Batista na região e no seu crescimento na sociedade feirense. O autor afirma: “a criação de Escolas Bíblicas e Institutos foi uma resposta ao descuido que as outras denominações do protestantismo de missão atribuíam aos batistas quanto à formação dos seus líderes”[[8]](#footnote-8).

Outra questão levantada pelo autor é a forte relação da migração com a expansão do protestantismo em Feira de Santana. Afirma o autor:

O protestantismo parece ter se constituído como força religiosa exatamente nos segmentos sociais que começavam a mudar o perfil populacional de Feira de Santana entre as décadas de 1940 e 1970, resultantes da migração, e na medida em que os protestantes cresciam e se institucionalizavam se tornavam também fomentadores migratórios ao deslocar missionários, aceitar fiéis de outras regiões, ou se apresentarem como espaços alternativos de convívio social e prática religiosa aos novos moradores da cidade*.*(grifos meus)[[9]](#footnote-9)

* 1. **– Os Batistas e as relações políticas**

Elizete da Silva nos ajuda a observar que a partir da década de 1940, o número de protestantes dentro dos espaços sociais passou a crescer consideravelmente. Estes passaram a atuar em cargos políticos, principalmente na Constituinte de 1946, pós-Estado Novo, onde sua luta principal era pela manutenção e garantia da liberdade religiosa. Segundo Vasni Almeida, a idéia da participação política no período dava aos grupos protestantes “uma grande oportunidade de espraiar e consolidar uma religiosidade que tinha dificuldades em ser aceita somente pelo proselitismo nas igrejas e nas escolas”.[[10]](#footnote-10)

Em trecho do Jornal *O* *Batista Baiano* – periódico ligado à Convenção Batista Baiana de circulação estadual – de 1933, era nítido a ideia de que o batista individualmente, assim como todo cidadão, tinha o direito e o dever de votar e se preocupar com a vida política do seu País. Porém, ele deveria ter a preocupação em não se vincular a propagandas políticas, principalmente se essas tivesses relação com “religião”. O seu conteúdo ameniza o sectarismo radical dos batistas com relação ao envolvimento político. O cristão surge como um privilegiado e encarregado da função de exercer um papel de mudança na política “pecaminosa” do País. Ele deve ser modelo de cidadania e de moralidade em meio aos outros políticos; deve influenciar os outros cidadãos da “formação de um governo sadio” e, sobretudo, mantendo a distância entre assuntos religiosos e assuntos políticos; Igreja longe do Estado. O periódico afirma:

Desejamos que fique patente que o crente, como cidadão brasileiro, tem o privilégio, o direito e o dever de votar, de agir licitamente na escolha dos que vão ficar à frente dos destinos de seu país; porém jamais deve unir à sua ação político-social a sua religião. E, completamente separado de qualquer propaganda política que cheire a religião, ele se manterá na verdadeira posição que deve estar (...) Não obstante, o cidadão cristão deve instruir aos seus irmãos quanto à melhor maneira de exercer influência como cidadãos, na formação de um governo sadio para a comuna.[[11]](#footnote-11)

Na Bahia, a presença de batistas em cargos políticos também foi notória. Mas não seguiu tanto a risca as recomendações do periódico baiano. Alguns nomes foram apresentados por Teixeira, de batistas que se candidataram e foram eleitos para cargos municipais e estaduais na década de 1950. Estes eram:

Pr. Ebenézer Gomes Cavalcante – Assembléia Legislativa Estadual – UDN

Dr. Francisco Peixoto Jr. – Assembléia Legislativa Estadual – PSD

Dr. Samuel Novais Figueira – Câmara de Vereadores de Salvador – PST

Pr. José Sales da Costa – Câmara de Vereadores de Salvador – PTB.[[12]](#footnote-12)

Esses personagens influentes na sociedade baiana, conseguiram esse *status* não somente por ações políticas e por sua caminhada dentro das instâncias sociais do estado, mas pelo apoio das comunidades batistas baianas, o que gerou, em muitos casos, conflitos entre estes. Eles não tinham, como pode ser visto nos exemplos dados por Silva e Teixeira, respectivamente, uma homogeneidade partidária, o que demonstra que a participação na política não fazia parte de um movimento da Denominação Batista e que não partia de uma união da comunidade. Contudo, a concorrência política se dava dentro das comunidades da denominação.[[13]](#footnote-13)

**1.2.1 – O antiecumenismo batista**

No Brasil, a posição minoritária do protestantismo e a pequena influência destes diante da cultura católica brasileira dava margem à união interdenominacional para que pudessem se fortalecer na campanha missionária e na expansão de suas doutrinas pelo País. Porém, os batistas se mantiveram firmes na postura sectarista. Afirma Teixeira:

Entre as denominações protestantes que lutaram de forma mais coerente para estabelecerem atividades interdenominacionais no Brasil, estão os grupos presbiterianos e metodistas. A maior resistência a essa política foi apresentada pelos batistas, cuja situação concreta é o objetivo mesmo deste capítulo.[[14]](#footnote-14)

Fruto do caráter sectarista e do denominacionalismo dos batistas, que foi herdado dos “irmãos do norte” a postura antiecumênica causaria, posteriormente, conflitos internos entre os conservadores e os progressistas que buscavam um diálogo interdenominacional, com outros grupos protestantes, o que era veementemente condenado pela hierarquia batista e por maioria da população conservadora que vivia dentro dos arraiais batistas. De acordo com Teixeira:

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, os batistas têm-se destacado por sua atitude profundamente denominacionalista, refratária à participação em associações que impliquem num compromisso formal com outras confissões igualmente cristãs.(...) Chamado de unionismo, União Cristã ou Ecumenismo, o movimento de integração abriu viva polêmica entre as confissões evangélicas o que se ampliou enormemente a partir da disposição ao diálogo demonstrada pela Igreja Católica, após o Concilio Vaticano II.[[15]](#footnote-15)

Vasni Almeida contribuiu com tal discussão ao falar de estratégias da Igreja Metodista para se firmar frente às outras denominações e os outros grupos religiosos. Ou seja, além de uma forma de criar uma identidade e de consolidar o crescimento – através da política e do proselitismo – fazer frente ao catolicismo era mais uma estratégia, até mesmo política quando entrava em jogo interesses dos protestantes. O problema é que esses terminavam por fazer frente a outras Denominações que também estavam crescendo no Brasil formando disputas internas no campo protestante. De acordo com Vasni Almeida:

Com o título *O exclusivismo batista – uma vergonha para o Evangelho*, os batistas foram acusados de se posicionarem perante os demais protestantes brasileiros “(...)tal qual os judeus frente aos gentios no inicio do cristianismo” e serem os causadores de transtornos ao insistirem na tese de que somente eles propagandeavam a “verdadeira religião cristã” por praticarem o batismo por imersão.[[16]](#footnote-16)

Esse debate demonstra uma caracteristica comum dos batistas, o exclusivismo doutrinário, e que será sempre fruto de discordâncias, cisões e conflitos com os grupos progressistas no interior da Denominação. Essa postura fortaleceu o antiecumenismo, inclusive com outras denominações protestantes. Ainda que fossem e ainda sejam contrários ao unionismo[[17]](#footnote-17).

Os metodistas, presbiterianos e congregacionais tomaram para si a incubência de unir os grupos protestantes brasileiros fundando em 1903 a Aliança Evangélica, tendo como lider o pastor presbiteriano e professor Erasmo Braga. Junto a Comissão de Cooperação, foram as primeiras organizações interdenominacionais surgidas a caráter nacional. Porém,

Enquanto ocorria tal movimentação em torno da Aliança Evangélica, os batistas recusavam-se a participar dela e reafirmavam os seus principios denominacionais como verdade bíblica a ser seguida, referindo-se a uma união espiritual etérea, sem operacionalidade ou factibilidade como desejavam outras confissões evangélicas (grifo meu).[[18]](#footnote-18)

**1.2.2 – Os Batistas e o Regime Civil Militar**

No período do Regime Civil Militar, iniciado com o golpe “revolucionário” de 1964, os batistas deram mais um passo em busca de visibilidade política. Luciane de Almeida aborda as representações dos batistas sobre o período do Governo Militar, mais precisamente a ambigüidade entre a posição conservadora da CBBa (Convenção Batista Baiana), refletida na liderança de muitas comunidades batistas e a existência de grupos progressistas que sofriam perseguição pela postura política. De acordo com a autora:

A Convenção Batista Baiana, no período estudado, reunia dezenas de comunidades, destaca-se dentre elas: a Igreja Batista Sião, dirigida à época pelo pastor e militar da reserva Rev. Valdívio de Oliveira Coelho e a Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada por Ebenézer Gomes Cavalcanti, advogado e deputado estadual pela UDN em 1950. (...) Destacaram-se também, o político Raymundo Brito, deputado federal por quatro vezes consecutivas (1954, 1958, 1962 e 1966 sendo as três primeiras pela UDN e após o Golpe Civil-Militar pela ARENA), que apesar de não fazer parte da membrezia – era esposo da Dr.ª Alzira Coelho, irmã do pastor Valdívio Coelho e uma poderosa mulher batista – mantinha estreitas relações entre sua atuação política e a Denominação Batista; e o diácono batista Clériston Andrade prefeito da cidade de Salvador entre 1971 e 1974.[[19]](#footnote-19)

Essa participação destoava com a representação dos batistas sobre a participação política e mostra que, apesar da “forma institucionalizada”, essa participação era efetiva e chegou a influenciar no período da redemocratização, o que será visto mais adiante.

Nesse sentido, de acordo com Elizete da Silva:

A campanha nacional de evangelização foi uma das respostas dos batistas à conjuntura nacional durante o golpe de 1964. (...) A pseudo-omissão política dos irmãos desvelou-se publicamente: não só legitimavam o regime militar, mas passaram a colaborar com as instâncias governamentais e a pleitear, num jogo de intensas barganhas, cargos e postos políticos em nível federal, estadual e municipal.[[20]](#footnote-20)

Esse comportamento pode ser visto como uma prática permanente, até então, dos grupos reformados. Pode ser observado, em outra obra da autora, que várias famílias protestantes, por esforços ou relações clientelistas conseguiram ascender socialmente e formar, em seu seio famíliar, profissionais liberais, professores comerciantes e outros indivíduos em setores da sociedade de prestígio e em troca mantinham a obediência às autoridades recebendo o apoio e a manutenção da liberdade religiosa.[[21]](#footnote-21)

A ambigüidade estava no fato de que o puritanismo batista se alinhou à política moralista da extrema direita militar, que era dissonanteda máxima da Denominação: a liberdade de expressão. Contudo, a postura moralista e conservadora do Governo Militar foi bem aceita pela maioria da Denominação. Alguns grupos satanizavam os movimentos de linha marxista e passaram a perseguir grupos progressistas que existiam no seio da Denominação, formado por uma maioria de jovens que eram denominados, pejorativamente, de “os cor-de-rosa”, chegando à expulsão destes do rol de membros da Igreja Batista Dois de Julho, em Salvador.

A partir daí o grupo tomou uma postura mais repressiva e se aproximou das instâncias políticas do período, aumentando a vizibilidade social. Essa relação era bem mais visível quando membros e líderes de comunidades eram nomeados a altos cargos administrativos. De acordo com Silva, “as alianças entre o governo militar e os batistas baianos culminaram com a indicação do Dr. Clériston Andrade, advogado bem sucedido, alto funcionário do Banco do Estado da Bahia e diácono batista conceituado, ao cargo de prefeito da cidade de Salvador, para o período de 1971 a 1975”.[[22]](#footnote-22)

**1.2.3 – Os Batistas e os anos 1980**

Após a Constituinte de 1986 os evangélicos tiveram um *boom* no seu número de membros e os batistas não fogem à regra. As eleições constitucionais do ano de 1986 foi um divisor de águas na vida política dos grupos protestantes brasileiros. Até esse ano, a presença parlamentar de evangélicos era mínima, porém, após as eleições o número de constituíntes evangélicos cresceu de modo nunca visto[[23]](#footnote-23).

Entre os batistas, a presença nas instâncias políticas era uma prática comum – é sempre bom relembrar – mesmo que isso fosse de encontro com uma comum representação:o não envolvimento com a política. Os batistas progressistas já existiam no seio da Denominação, mesmo que não tivessem expressividade. Quanto à participação política dos batistas Tarcisio Guimarães comenta sobre a relação do grupo com os governos militares e, a partir dos anos 1980, de membros de comunidades batistas baianas que se candidataram a cargos políticos a exemplo de Walter Pinheiro (PT) e Gerson Gabrielli (PFL)[[24]](#footnote-24).

De acordo com Freston o voto pentecostal elegeu Collor, na eleição de 1989, o que mostra que, ao contrário do que se acreditava, o posicionamento dos batistas – o alinhamento aos grupos de direita – já não era tão forte. De acordo com o autor:

Fernando Collor deve ter recebido uma votação obediente da maioria dos pentecostais, porque: 1) se apresentava como oposição ao governo Sarney; 2) podia ser plausivelmente representado como “temente a Deus”; e 3) explorava o tema combate à corrupção, tema político de cunho moral e, portanto, facilmente compreendido mesmo pelo evangélico não-politizado (grifo meu).[[25]](#footnote-25)

O que demonstra que no período abordado pela pesquisa, o comportamento dos batistas passava por uma brusca mudança, reflexo de uma maior conscientização política que, no Regime Militar, era constantemente condenado, assim como em períodos anteriores.

* 1. **– As relações políticas: conservadores x progressistas**

No período do Regime Civil Militar, iniciado com o golpe de 1964, os batistas deram mais um passo em busca de visibilidade política. De acordo com Silva:

A outra atitude, complementar às suplicas e campanhas proselitistas, foi uma densa articulação com os governos militares. A pseudo-omissão política dos irmãos desvelou-se publicamente: não só legitimavam o regime militar, mas passaram a colaborar com as instâncias governamentais e a pleitear, num jogo de intensas barganhas, cargos e postos políticos em nivel federal, estadual e municipal.[[26]](#footnote-26)

Essa participação política destoava das representações dos batistas sobre as atividades políticas e mostrou que, apesar da “forma não institucionalizada”, essa participação era efetiva e influenciaria no período da redemocratização do País. Em 1964, o Pr. José Reis Pereira fez um discurso que iria definir qual a postura tomada pelos batistas ante o Governo Militar:

Alegra-nos saber (pelo menos até agora) que o movimento de salvaguarda da democracia verificou-se sem sangue. Os objetivos do movimento estavam tão de acordo com o que quer o povo, que não houve resistência (...) Agora é possível prosseguir na conquista de tanta coisa que é, realmente, necessária para que tenhamos um Brasil melhor.[[27]](#footnote-27)

O Golpe Civil Militar era visto com louvor e isso era um dos motivos que o tornara *Civil* Militar; a situação apontava para um novo caminho em direção àevolução do Brasil e, de acordo com o tema da campanha nacional do período – “Cristo, a única esperança”[[28]](#footnote-28) – eles viam o período das vacas gordas para o trabalho evangelístico. Provavelmente era do conhecimento do articulista batista que enquanto uma camada da sociedade comemorava a “A mão amiga” do Governo Militar com sua Revolução, outra parcela – as mais pobres e em desvantagem política – sentiam o “braço forte” da linha dura do exercito brasileiro.

Essa postura de elogiar o Golpe Civil Militar era comumente notada na imprensa batista, mas não se restringiu a esse âmbito. Dentro das comunidades batistas era comum as ações de graça e orações pelo evento político. “Foram registrados, em todas as igrejas analisadas, moções de apoio, votos de louvor, programas cívicos, semanas de oração pela pátria, que dão a medida da preocupação das igrejas em reafirmar sua posição favorável ao destino que então se dava à política nacional”.[[29]](#footnote-29) Foi recorrente o uso de palavras como apoio, alivio, regozijo, tranquilidade e nenhum temor de que a postura de linha dura que o governo dos militares pudesse afetar a “Plena Paz” das comunidades batistas, isto é, a liberdade de culto.

Essa relação com o Golpe Civil Militar foi notada, nos periódicos batistas, como uma ação divina para livrar o Brasil dos males demoníacos do comunismo, instaurar a ordem e a democracia e reorganizar a sociedade brasileira, onde os militares seriam os agentes expurgadores de todo o mal social. Porém, essa não era a visão de todos os protestantes. Robinson Cavalcanti, que foi bispo anglicano e professor de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), articulista político oposicionista à ideologia do conservadorismo político nos anos 1980 e um dos fundadores do Movimento Evangélico Progressista (MEP), registra assim sua visão sobre o Golpe:

Enquanto que as cassações eram realizadas ao nível político, pelo novo regime, os expurgos iam livrando, progressivamente, os seminários e juntas de elementos considerados culpados dos delitos de “esquerdismo” de “ecumenismo” ou de “modernismo”, ou de terem, dependendo do caso, “tendencias renovadas”. Mais e mais aquelas denominações – em um mecanismo de auto-defesa – iam enfatizando as tradições e as confissões de fé. Ao mesmo tempo iam se assemelhando ao regime vigente no País: rígidas, autoritárias, exclusivistas, intolerantes, repressivas (grifo meu).[[30]](#footnote-30)

Para a maioria conservadora, essa aproximação com os governos militares a partir de 1964 garantiu vários cargos e posições dentro da política-administrativa no processo de consolidação do Regime Militar, sendo um caso inusitado na História do Brasil, onde um País culturalmente católico, acabou por ver crescer, dentro das instâncias políticas, o número de protestantes em cargos políticos e cargos administrativos. Como exemplo maior temos o ex-Presidente General Ernesto Geisel, que era Luterano.[[31]](#footnote-31) De acordo com Ferreira:

A fidelidade manifestada de forma individual ou coletiva qualificaria os protestantes conservadores brasileiros para o exercício de funções de responsabilidade político-administrativa no processo de consolidação de um regime político congenitamente carente de legitimidade social. De forma que o Brasil, país de esmagadora maioria católica, experimentou, pela primeira vez em sua história, a ascensão de um segmento de cristãos protestantes em postos de elevada responsabilidade política.[[32]](#footnote-32)

Para além das questões da esfera política, um dos conflitos entre os conservadores e os progressistas residia na postura ecumênica, o que já acarretava em disputas e cisões dentro de comunidades batistas. Como foi visto anteriormente, a Denominação Batista não chegou a fazer parte da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) justamente por essa fazer alusão ao unionismo.

Quando os conservadores conseguiram o poder da administração da CEB, a postura ecumênica foi abandonada e os jovens pastores que seguiam essa visão foram perseguidos e expulsos de seus ministérios. Isso pode ser notado nas palavras de Ferreira quando analisa a IV Conferência Nacional Sobre Responsabilidade Social da Igreja, que foi organizada pela Comissão Igreja e Sociedade da CEB, quando discutia os rumos do protestantismo no Brasil ante o quadro político brasileiro. Afirma:

Todavia, significou também um marco no acirramento das divergências e dissensões no seio do próprio mundo evangélico. A originalidade de seu temário, a amplitude política e religiosa do arco de personalidades convidadas e a contundência de suas resoluções foram recebidas como um toque de trombeta pelos círculos conservadores do protestantismo brasileiro, motivando poderosas represálias. No curso do mesmo evento, as vozes conservadoras do mundo evangélico patenteariam sua desaprovação aos rumos apontados pela jovem liderança ecumênica.[[33]](#footnote-33)

Almeida demonstra exemplos de membros de comunidades batistas de Salvador que tinham altos cargos políticos no período do Regime Civil Militar e de integrantes que, mesmo não fazendo parte da membresia de alguma comunidade batista, tinha influência nestas, a exemplo do Deputado Federal Raymundo Brito.

A Convenção Batista Baiana, no período estudado, reunia dezenas de comunidades, destaca-se dentre elas: a Igreja Batista Sião, dirigida à época pelo pastor e militar da reserva Rev. Valdívio de Oliveira Coelho e a Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada por Ebenézer Gomes Cavalcanti, advogado e deputado estadual pela UDN em 1950. (...) Destacaram-se também, o político Raymundo Brito, deputado federal por quatro vezes consecutivas (1954, 1958, 1962 e 1966 sendo as três primeiras pela UDN e após o Golpe Civil-Militar pela ARENA), que apesar de não fazer parte da membrezia – era esposo da Drª Alzira Coelho, irmã do pastor Valdívio Coelho e uma poderosa mulher batista – mantinha estreitas relações entre sua atuação política e a Denominação Batista; e o diácono batista Clériston Andrade prefeito da cidade de Salvador entre 1971 e 1974.[[34]](#footnote-34)

Em 1979, em artigo no *Jornal Batista*, o Pr. José Reis Pereira criticava a atitude subversiva da Igreja Católica ao defender o Pe. Vitor Miracapillo, que havia se negado a rezar a missa de 7 de setembro, em Recife, justificando sua atitude denunciando a falta de liberdade das instituições no Brasil, efeito do Governo Militar. Ele condenava a atitude do padre como uma afronta ao Supremo Tribunal e afirmava: “Mas o padre Vitor falou e repetiu porque, em sua carta aberta deixada no Recife, ele disse: ‘Minha expulsão ... é a capitulação do Governo diante da extrema direita (...), representada pelo poder econômico e por políticos e militares a estes subservientes’.”

A negação do padre italiano em rezar a missa não foi o que incomodou os batistas, pelo contrário! Um católico se negar a fazer um sacramento de seu credo seria até bastante cômodo para a Denominação. Criticar o governo foi o que provocou o repúdio do articulista batista, esse foi o motivo de tamanha revolta:

Mas não sabemos se essa declaração arquepiscopal foi mais grave que a do famoso bispo espanhol, *simpatizante confesso dos “herois” marxistas*, que, num desafio ostensivo, explodiu: “A decisão (de expulsar o padre italiano do Brasil) indica a impotência subserviente do judiciário (...) Não somente o povo não é livre, como também não são livres as instituições deste país?” Esse outro eclesiástico falador insulta nessas palavras o Supremo Tribunal só porque não decidiu, conforme ele, talvez, esperasse, dada a pressão do episcopado por ocasião do julgamento (grifo meu).[[35]](#footnote-35)

O interior da Denominação Batista, assim como em outros grupos protestantes, refletiam o quadro político da sociedade. Os grupos conservadores viram, no inicio do governo repressor e conservador a chance de “calar” movimentos progressistas e ecumênicos no interior de suas comunidades, o que pode ser observado quanto às mudanças que ocorreram dentro da Confederação Evangélica do Brasil (CEB).

A deflagração do golpe de estado contra o governo João Goulart dotou os círculos mais conservadores do protestantismo do Brasil de circunstâncias exepcionalmente favoráveis para um ajuste de conta com as tendências renovadoras. (...) Foram também atingidos órgãos interdenominacionais como a CEB e a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB), resultando na dissolução da Comissão Igreja e Sociedade, responsável pela estruturação da IV Conferência, e na marginalização institucional da UCEB. Era o final de uma época na trajetória do protestantismo brasileiro e o inicio de novos dias à sombra de um poder político ditatorial em processo de consolidação.[[36]](#footnote-36)

Durante o Regime Civil Militar, esses grupos progressistas ficaram “a mercê” do interesse e das ligações políticas que os conservadores conquistaram durante o período. A União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB), era formada por secundaristas evangélicos que tinham uma visão política e revolucionária de ação cristã. Com o início do Regime Militar, esta vai ser desarticulada, chegando a ser extinta.

Existiam no Brasil, nos meios universitários, grupos paraeclesiásticos – não dependentes de denominações e supradenominacionais, chegando a ter uma postura ecumênica, a exemplo da Aliança Bíblica Universitária (ABU) que teve Católicos em sua diretoria – formados por estudantes evangélicos unidos para discutir questões sociais, ler a bíblia e manter a unidade dentro dos redutos acadêmicos, onde constantemente sofriam críticas e perseguições do academicismo universitário. Com a deflagração do Golpe Civil Militar, maioria desses grupos como a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) e a Associação Cristã Acadêmica (ACA) foram extintos, por terem um posicionamento mais polítizado, passando a dar atenção a grupos mais biblicistas e menos preocupados com os problemas sociais e políticos do período.

Esses dois grupos citados foram formados nos anos 1950, no bojo da efervescência política brasileira pós-lufada democrática que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1946. A chamada dos grupos estudantis era para um diálogo entre o comunismo e a fé cristã o que causou muitos debates acerca dessa relação. Uns grupos viam o combate ao comunismo como uma luta sem razão, pois em uma auto crítica do jornal metodista, *Expositor Cristão,* afirmavam que “o que condenamos na ideologia comunista está sendo praticado diariamente na vida dos povos que se dizem democratas e cristãos. (...) Nossa pregação democrata e cristã está desmoralizada pelo nosso modo de viver ditatorial e pagão”. Fazia alusão ao alinhamento da postura dos evangélicos ao Regime Militar.

Por outro lado, alguns buscavam alertar acerca do perigo do comunismo e o acusava de ser uma “promessa perniciosa de autocorreção humana”. Ao mostrar o comunismo como uma ação do homem para o homem mostra esse como falho. O Pr. Primitivo de Souza, levantando a opinião da Denominação Batista afirma que “não serão os princípios filosóficos humanos, por certo, que irão solucionar tais problemas, mas um decidido retorno dos homens a Deus”.[[37]](#footnote-37)

A UCEB se mostrava muito preocupada com as questões sociais e tinha uma leitura bíblica progressista do mundo. Matinham, também, laços ecumênicos com estudantes católicos do mundo acadêmico. Pelo fato desses grupos estudantis não estarem debaixo do poder de nenhuma denominação, as comunidades evangélicas, em geral, não apoiavam a entrada dos estudantes nesses grupos. Sobre a postura da UCEB Quadros afirma:

A UCEB adotou como paradigma de atuação a *identificação com o mundo*. Tal princípio de ação era próximo ao assumido pela JUC (Juventude Universitária Católica), também no início dos anos 1960. (...) O testemunho deveria ser pautado, agora, pelo enfrentamento dos problemas contemporâneos da sociedade (...) A relação entre a UCEB e as igrejas se tornou mais tensa. Os grupos evangélicos estudantis não podiam ser controlados pelos pastores ou por alguma instituição eclesiástica. Eles eram autônomos, leigos, intelectualizados e críticos.[[38]](#footnote-38)

A única organização ativa seria a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), que na Ditadura, por ter uma postura menos polítizada e mais biblicista, passou a ser a única instância a não ter suas atividades encerradas. De acordo com Quadros “Depois de instalada a ditadura militar, a UCEB tentou manter-se ainda por dois anos, mas seus participantes terminaram por dispersar-se. A JUC também foi esfacelada nessa conjuntura pós-1964. Em 1966 a CNBB decretou oficialmente a extinção do movimento. A ABUB tornou-se o único movimento nacional a trabalhar com a articulação entre a vida estudantil e a vida religiosa”.[[39]](#footnote-39)

A posterior entrada de ex-integrantes da UCEB e da ACA, que tinham uma postura política e progressista bem mais acentuada do que a biblicista observada na ação da ABU, tentaram influenciar, sobremaneira, a visão dos integrantes da Aliança sobre a leitura bíblica e sobre a vida cristã e a ação do cristão na sociedade. Os ex-participantes da UCEB formaram, dentro da ABU, um movimento chamado Movimento Colegial de Estudantes Cristãos (MOCEC), que tinha como intensão modificar as Bases de Fé da ABU e retirar o nome “bíblica” do nome da Aliança. Essa postura teve efeito inverso e fez com que a Aliança Bíblica entrasse mais ainda no ostracismo político se afastando, pelo menos do período ditatorial, das questões políticas assumindo a postura padrão do protestantismo brasileiro.

Porém, a ABU não manteve essa postura por muito tempo. A relação com os estudantes secundaristas fez com que a visão missionária se fortalecesse de tal modo que muitos ex-integrantes, ao saírem das universidades, procuravam mantes o vínculo com a Aliança e a continuar com o trabalho missionário. Com a observância dos efeitos sociais do Regime Militar, preocupado com uma política de desenvolvimento elitista, o grupo passou a ter maiores preocupações sociais, mantendo vários trabalhos de assistência social. De acordo com Quadros:

O encontro desta ênfase missionária e a percepção das contradições sócio-econômias geradas pelo modelo de desenvolvimento elitista do regime militar, levaram à criação de projetos voltados para o serviço social cristão. O crescimento da sensibilidade com os problemas sociais também ocorreu entre os próprios estudantes universitários. (...) Por cinco dias, os estudantes fizeram um “trabalho de higiene, de reorientação, conceitos de trabalho, de dignidade humana e ao lado de tudo isso, para coroar, a nossa evangelização”. Esta prática foi repetida em outros cursos regionais e nacionais da ABUB, provocando nos universitários uma experiência mais concreta com os problemas sócio-econômicos da população.[[40]](#footnote-40)

A prática abeuense era a mesma da visão da Teologia da Missão Integral: cuidar do homem e do espírito. Como passou a ser a única organização paraeclesiástica de caráter estudantil a permanecer ativa, diante dos movimentos revolucionários de 1968 e com as movimentaçõs sociais a partir de 1974, quando o governo militar passa a “afrouxar” a linha dura da política, eles começaram a se envolver mais com as questões sociais e políticas. Em 1974 foi realizado o Congresso de Lausanne que deu início, tendo John Stott enquanto sintetizador, à Teologia da Missão Integral, que alinha o pensamento cristão ao envolvimento com todas as esferas da sociedade, inclusive a política.

1. TRABUCO, Zózimo Antonio Passos. *Entre a ruptura cultural e a contextualização:* a construção da identidade batista em Feira de Santana. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. p. 37 [↑](#footnote-ref-1)
2. BIBLIA SAGRADA. 1 João 2:15 [↑](#footnote-ref-2)
3. SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria:* Anglicanos e Batistas na Bahia. 1998. 445 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 94 - 107 [↑](#footnote-ref-3)
4. TEIXEIRA, Marli Geralda. *“...nós, os Batistas...”:* um estudo de história das mentalidades. 1983. 512 f. Tese (Doutorado em História Social)*.* Universidade de São Paulo,São Paulo, 1983. p. 446 [↑](#footnote-ref-4)
5. Ibidem, p. 446 [↑](#footnote-ref-5)
6. SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e Modernidade. *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) – São Paulo: EDUC, 2008. p. 189 [↑](#footnote-ref-6)
7. TRABUCO, *op. cit.*,p. 85 [↑](#footnote-ref-7)
8. TRABUCO, *op. cit.*, p. 96 [↑](#footnote-ref-8)
9. Ibidem, p. 93 [↑](#footnote-ref-9)
10. ALMEIDA, *apud.* SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira:* evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: Editora da UEFS. 2010. p. 64 [↑](#footnote-ref-10)
11. O BATISTA BAIANO. Maio de 1933, p. 1: “O Cristão e sua cidadania”. [↑](#footnote-ref-11)
12. TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 449 - 450 [↑](#footnote-ref-12)
13. Ibidem, p. 450 [↑](#footnote-ref-13)
14. TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 369 [↑](#footnote-ref-14)
15. Ibidem. p. 362 [↑](#footnote-ref-15)
16. ALMEIDA, Vasni. “‘O estabelecimento do Reino de Deus’: Razões históricas para o antiecumenismo brasileiro”. In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010. p. 132 [↑](#footnote-ref-16)
17. O unionismo corresponde à união entre segmentos do cristianismo e também é conhecido como Ecumenismo ou União Cristã. [↑](#footnote-ref-17)
18. SILVA, 2010, *op. cit.*, p. 59 [↑](#footnote-ref-18)
19. ALMEIDA, Luciane Silva de. *“O comunismo é o ópio do povo”:* Representações dos Batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o Governo Militar na Bahia (1963 – 1975). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011. p. 90 [↑](#footnote-ref-19)
20. SILVA, Elizete da. “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências”. IN. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia:* novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 40 [↑](#footnote-ref-20)
21. SILVA, 2010, *op. cit.*, p. 64 [↑](#footnote-ref-21)
22. Ibidem, p. 43 [↑](#footnote-ref-22)
23. FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil:* da Constituinte ao Impeachment*.* 1993. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas,Campinas, 1993. p. 2 [↑](#footnote-ref-23)
24. GUIMARÃES, Tarcísio Farias. *Os Batistas e as questões políticas em Feira de Santana*. IN. Epistemê, Feira de Santana, ano 4, n.1, jan/jun 2002. [↑](#footnote-ref-24)
25. 24FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não:* os evangélicos e a participaçao política*.* Viçosa, MG: Ultimato, 2006. p. 96 [↑](#footnote-ref-25)
26. SILVA, 2009, *op. cit.*, p. 40 [↑](#footnote-ref-26)
27. O JORNAL BATISTA, 5 de abril de 1964, p. 1 [↑](#footnote-ref-27)
28. ALMEIDA, *op. cit.*, p. 53 - 54 [↑](#footnote-ref-28)
29. TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 451 [↑](#footnote-ref-29)
30. CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política:* teoria bíblica e prática histórica*.* São Paulo, Nascente, 1985. p. 203 [↑](#footnote-ref-30)
31. Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. [↑](#footnote-ref-31)
32. FERREIRA, Muniz. “Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumêminco brasileiro” In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010. p. 87 [↑](#footnote-ref-32)
33. FERREIRA, *op. cit.*, p. 85 [↑](#footnote-ref-33)
34. ALMEIDA, *op. cit.*, p. 90 [↑](#footnote-ref-34)
35. O JORNAL BATISTA, 16 de novembro de 1980, p. 3 [↑](#footnote-ref-35)
36. FERREIRA, *op. cit.*, p. 86 [↑](#footnote-ref-36)
37. QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil:* uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957 – 1987). Rio de Janeiro: Novos Dialogos Editora, 2011. p. 33 [↑](#footnote-ref-37)
38. Ibidem, p. 35 [↑](#footnote-ref-38)
39. QUADROS, *op. cit.*,p. 50 [↑](#footnote-ref-39)
40. Ibidem,p. 64 [↑](#footnote-ref-40)